



7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Vladimir Segalla Afanasieff

Avenida Paulista 2001 - Conjuntos 201/210 - Bela Vista
Tel.: (XX11) 3116-7600 - Email: 7rtd@7rtd.com.br - Site: www.7rtd.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Nº 77.824 de 27/08/2025

Certifico e dou fé que o documento eletrônico, contendo **54 (cinquenta e quatro) páginas** (arquivo anexo), foi apresentado em 14/08/2025, protocolado sob nº 112.559, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **77.824** e averbado no registro nº 29.564 de 24/03/2009 no Livro de Registro A deste 7º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

AGENDA PUBLICA

CNPJ nº 10.736.616/0001-89

Natureza:

NOVO ESTATUTO ELETRÔNICO

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI:(Padrão: Privado(não ICP-Brasil))
FLAVIA MOREIRA SOARES DOS SANTOS:(Padrão: Privado(não ICP-Brasil))
EDUARDO JOSE GRIN:(Padrão: Privado(não ICP-Brasil))
GABRIELA SPANGHERO LOTTA:(Padrão: Privado(não ICP-Brasil))
ARON BELINKY:(Padrão: Privado(não ICP-Brasil))
JULIANA RUDICH REHFELD:(Padrão: Privado(não ICP-Brasil))
SERGIO RODRIGO ANDRADE:00917555651(Padrão: ICP-Brasil)
DocuSign:(Padrão: Privado(não ICP-Brasil))
GUILHERME ALBERTO ALMEIDA DE ALMEIDA:(Padrão: Privado(não ICP-Brasil))
MILENA ROSSI TOMASSI E SOUZA:(Padrão: Privado(não ICP-Brasil))

As assinaturas digitais qualificadas, com adoção do padrão ICP-Brasil, são verificadas e validadas pelo registrador, de acordo com as normas previstas em lei. No caso de assinaturas eletrônicas com utilização de padrões privados(não ICP-Brasil), o registrador faz apenas uma verificação junto à empresa responsável pelo padrão, a quem cabe a responsabilidade pela validade das assinaturas.

São Paulo, 27 de agosto de 2025

Assinado eletronicamente

Ariane Hevas Martorelli
Escrevente Substituta

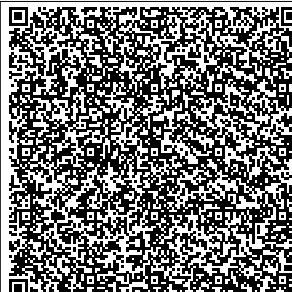
Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 474,51	R\$ 134,62	R\$ 92,16	R\$ 25,13	R\$ 32,50
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 22,59	R\$ 9,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 791,45



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00261708980550377



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:
<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital
1137124PJDC000181937DE259

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
AGENDA PÚBLICA
CNPJ nº 10.736.616/0001-89

Data, hora e local: Aos vinte e três dias do mês de junho de 2025, às 18h30 (dezoito horas e trinta minutos), em segunda convocação, por videoconferência, utilizando o aplicativo Google Meet (link de acesso: <https://meet.google.com/mfu-jxyr-ndi>).

Presença: Esteve presente o quórum exigido pelo Estatuto Social para a deliberação das matérias integrantes da ordem do dia, nos termos dos artigos 24 e 25 do Estatuto Social, conforme Anexo I

Convocação: A presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi convocada nos termos dos artigos 19 e 20 do Estatuto Social da **AGENDA PÚBLICA**, pelo Diretor Executivo, Sr. Sérgio Rodrigo Andrade, conforme Edital de Convocação datado de 06 de junho de 2025, o qual está anexo a esta Ata.

Mesa: A presente Assembleia foi presidida pelo Sr. Sérgio Rodrigo Andrade, que convidou a mim, Sra. Flávia Moreira Soares dos Santos, para exercer as funções de Secretária.

Ordem do Dia: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e deu ciência aos presentes sobre as matérias constantes da ordem do dia desta reunião, a saber: Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** aprovação do relatório de atividades do ano de 2023 e 2024, elaborado pela Diretoria e encaminhado pelo Diretor Executivo, nos termos do artigo 21, inciso X do Estatuto Social; **(ii)** análise e aprovação das demonstrações financeiras e do balanço referentes ao exercício de 2023 e 2024, elaborados pela Diretoria Executiva e recomendados pelo Conselho Fiscal e de Governança, nos termos do artigo 21, incisos IV e V do Estatuto Social; **(iii)** apresentação e aprovação da proposta de programação anual de atividades para 2025, nos termos do artigo 21, inciso XI do Estatuto Social; Em Assembleia Geral Extraordinária: **(iv)** aprovação da alteração do endereço da sede da **AGENDA PÚBLICA**, com a consequente reforma do Estatuto Social, nos termos dos artigos 21, inciso VI, e 56 do Estatuto Social; **(v)** eleição de Secretário Técnico, nos termos do artigo 21, inciso I e artigo 37 do Estatuto Social; **(vi)** outros assuntos de interesse da **AGENDA PÚBLICA**.

Deliberações: **(i)** Inicialmente, o Presidente tomou a palavra sobre os relatórios de atividades relativos ao ano de 2023 e 2024, elaborados pela Diretoria do Instituto, ressaltando os resultados obtidos e os destaques da atuação da **AGENDA PÚBLICA** no período. Os associados, por unanimidade, aprovaram o relatório de atividades; **(ii)** Em seguida, os associados discutiram e aprovaram as contas e os balanços dos exercícios anteriores, findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, já devidamente apreciados e recomendados para aprovação pelo Conselho Fiscal e de Governança, conforme parecer de 05 de junho de 2025, anexo à presente ata; **(iii)** Na sequência, o Presidente retomou a palavra e apresentou aos presentes a programação de atividades para o exercício de 2025, incluindo as metas de atuação do período, a qual, após debates, foi aprovada por unanimidade pelos associados presentes **(iv)** Ato contínuo, os associados deliberaram e aprovaram, por unanimidade, a alteração da sede da **AGENDA PÚBLICA** que passa a ser na Rua Teodoro Sampaio nº 1629, Pinheiros, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05405-150. Em decorrência da alteração da sede da **AGENDA PÚBLICA**, os associados aprovam a alteração do referido

Protocolo nº 112.559 de 14/08/2025 às 10:34:16h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **77.824** em **27/08/2025** e averbado no registro nº 29.564 de 24/03/2009 neste **7º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Ariane Hevas Martorelli - Escrevente Substituta.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 474,51	R\$ 134,62	R\$ 92,16	R\$ 25,13	R\$ 32,50	R\$ 22,59	R\$ 9,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 791,45

Docusign Envelope ID: BC66BCAD-6D58-4C06-BCDC-472269E52AFC

Estatuto Social, para constar o novo endereço da sede, conforme Anexo II; **(v)** Primeiramente, a Assembleia reconhece a superação do prazo de 180 dias para a nomeação do Secretário Técnico, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 23/02/2024, registrada sob o nº 74.158, sendo o motivo que justificou a referida demora a ausência de candidatos aptos. Não houve qualquer tipo de objeção quanto a este fato. Após este reconhecimento formal, para assumir o cargo de Secretário Técnico, acumulando todas as funções com o cargo de Diretor Executivo, foi eleito, nos termos do artigo 21, inciso I e artigo 37 do Estatuto Social, o Sr. Sérgio Rodrigo Andrade, brasileiro, solteiro, cientista político, portador do RG nº 54.247.459-1, inscrito no CPF sob nº 009.175.556-51, residente e domiciliado na Rua Lavradio nº 147, apto. 11, Barra Funda, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01154-020. O mandato de Secretário Técnico encerrar-se-á em 07 de março de 2027, conforme termo de posse do Anexo III; **(vi)** Passando-se aos assuntos gerais, o Presidente informou aos presentes que realizou consulta quanto a eventuais pendências fiscais em nome da **AGENDA PÚBLICA**, constatando a inexistência de dívidas em âmbito federal e estadual, de acordo com as certidões obtidas. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos.

São Paulo, 23 de junho de 2025.

Desenvolvido by
Sergio R. Andrade
Assessoria por: SÉRGIO RODRIGO ANDRADE CONSULTORES
CPF: 000170500-1
Email: sergio@sergioandrade.com.br
Endereço de Atendimento: 71603055 - E-2011 Pm SPT
C: CEP: 04040-000, Osasco/SP, Instituto de Física Federal do Brasil - IFP
C: BR
E-mail: AC.SUPERVISOR@IFP
AC@IFP.FM.br

Sérgio Rodrigo Andrade
Presidente da Assembleia

- Assinado por:

Flavia Santos

65861800F866480

Flávia Moreira Soares dos Santos
Secretária da Assembleia

- | Oficial | Estado | Secretaria Fazenda | Reg. Civil | T. Justiça | M. Público | ISS | Condução | Despesas | Total |
|------------|------------|--------------------|------------|------------|------------|----------|----------|----------|------------|
| R\$ 474.51 | R\$ 134.62 | R\$ 92.16 | R\$ 25.13 | R\$ 32.50 | R\$ 22.59 | R\$ 9.94 | R\$ 0.00 | R\$ 0.00 | R\$ 791.45 |

exposições, mostras, apresentações, espetáculos, congressos, seminários e outros eventos culturais;

j) promover o acesso a atividades desportivas, recreativas e de lazer;

k) apoiar e realizar ações específicas em prol da criança e do adolescente que contribuam para seu desenvolvimento integral, bem como de proteção aos seus direitos;

l) apoiar e realizar ações de apoio às pessoas com deficiência, que visem, dentre outros objetivos, a proteção de seus direitos e a inclusão educacional, social e produtiva;

m) apoiar e realizar projetos e ações específicas de apoio a idosos, que visem, dentre outros, a proteção de seus direitos e um envelhecimento saudável, ativo e digno;

n) promover princípios e valores de cidadania, direitos humanos, inclusão social e produtiva, diversidade, bem como de outros valores universais, acompanhados do combate à desigualdades e qualquer forma de discriminação;

o) promover, apoiar e desenvolver, em seus vários desdobramentos, as manifestações intelectuais, individuais e artísticas, por meio de treinamento técnico, de publicações e da edição, própria ou por meio de terceiros, de livros e revistas de natureza técnica, científica, cultural e artística e de vídeos e quaisquer outros meios de divulgação e comunicação que ajudem a propagar o objeto social da **AGENDA PÚBLICA**;

p) difundir e explorar marcas da **AGENDA PÚBLICA** e outras que possuam ou detenham os direitos e exploração;

q) constituir e gerenciar fundos patrimoniais *endowment* e outros fundos de doação ou filantrópicos, fundos de reserva e/ou fundos de contingência;e

r) praticar quaisquer outros atos e atividades lícitas para a consecução de seu objeto social, mesmo que não estejam previstos neste Estatuto.

Parágrafo primeiro - No desenvolvimento de suas atividades, a **AGENDA PÚBLICA** observará os princípios de direitos humanos e da legalidade, universalização, ética, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e da eficácia e não fará qualquer discriminação de origem, condição social, nacionalidade, raça, cor, sexo, identidade de gênero, orientação afetivo-sexual, idade, convicção política ou crença religiosa.

Parágrafo segundo - Para cumprir o seu propósito, a **AGENDA PÚBLICA** atuará, dentre outros, por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ação, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros e a prestação de serviços voluntários ou remunerados, incluindo o apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Parágrafo terceiro - A **AGENDA PÚBLICA** adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais pelos dirigentes, associados e demais pessoas que participarem dos processos decisórios.

Docusign Envelope ID: BC66BCAD-6D58-4C06-BCDC-472269E52AFC

hipótese, direito a qualquer reembolso, indenização, compensação ou vantagem, a qualquer título.

Art. 12 - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da **AGENDA PÚBLICA**.

Art. 13 - Além dos associados, a **AGENDA PÚBLICA** poderá contar com apoiadores, tanto pessoas físicas como jurídicas que, embora não pertençam aos quadros associativos da entidade, poderão com ela colaborar para o atingimento de suas finalidades institucionais.

Parágrafo primeiro - O ingresso como apoiador se fará mediante proposta do próprio interessado.

Parágrafo segundo - A **AGENDA PÚBLICA** poderá, por deliberação da Diretoria Executiva, instituir diferentes categorias de apoiadores, bem como estabelecer requisitos de ingresso e permanência, direitos e/ou benefícios.

Parágrafo terceiro - O desligamento de apoiadores dar-se-á a pedido do apoiador ou por deliberação da Diretoria Executiva da **AGENDA PÚBLICA**.

Parágrafo quarto - Os apoiadores pessoas jurídicas serão representados por pessoa munida de poderes de representação.

CAPÍTULO III – Da Estrutura Organizacional

Art. 14 - São órgãos da **AGENDA PÚBLICA**:

- I- Assembleia Geral;
- II- Conselho de Gestão Estratégica;
- III- Conselho Fiscal e de Governança; e
- IV- Diretoria Executiva.

Art. 15 - Os cargos eletivos terão seu mandato com duração de **03 (três) anos**, sendo permitidas reeleições, e serão coincidentes entre si.

Art. 16 - Os órgãos da **AGENDA PÚBLICA** deverão desenvolver as atividades necessárias para alcançar o objeto social, respeitando incondicionalmente este Estatuto e as disposições de lei.

Art. 17 - Em relação aos órgãos que compõem a estrutura organizacional da **AGENDA PÚBLICA**, bem como aos seus respectivos integrantes eleitos, observar-se-á o seguinte:

- a) não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela **AGENDA PÚBLICA** em virtude de ato regular de gestão, respondendo naquela qualidade, porém, civil e penalmente, por atos lesivos a terceiros ou à própria **AGENDA PÚBLICA**, praticados com excesso de mandato, dolo ou culpa;
- b) os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Gestão Estratégica e do Conselho Fiscal e de Governança não receberão qualquer valor a título de distribuição de resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio da **AGENDA PÚBLICA**;

Docusign Envelope ID: BC66BCAD-6D58-4C06-BCDC-472269E52AFC

c) não haverá incompatibilidade de prestação de serviços profissionais remunerados, desde que não se confundam com as atribuições da Diretoria Executiva, do Conselho de Gestão Estratégica e do Conselho Fiscal e de Governança;

d) são pessoalmente responsáveis pelo não atendimento, nos termos legais, regulamentares e estatutários, de seus deveres como gestores e aplicadores do patrimônio e receitas da **AGENDA PÚBLICA**, pela tempestiva prestação de contas de sua Administração e pela sujeição da gestão aos sistemas de controle aplicáveis à **AGENDA PÚBLICA**;

e) é vedada a participação do Diretor Executivo no Conselho de Gestão Estratégica ou no Conselho Fiscal e de Governança;

f) não podem integrar, simultaneamente, o Conselho de Gestão Estratégica e/ou o Conselho Fiscal e/ou a Diretoria Executiva, cônjuges e parentes, consanguíneos e afins, até o terceiro grau inclusive, estando essas pessoas impedidas também de participação em deliberações de interesse pessoal umas das outras.

Art. 18 - Todos os órgãos internos da **AGENDA PÚBLICA** poderão reunir-se e tomar decisões de forma presencial, remota ou virtualmente, por troca de mensagens eletrônicas ou utilização de plataforma de reunião virtual, desde que possa aferir-se a efetiva participação e manifestação da vontade dos associados, Diretores e Conselheiros, conforme o caso, sempre observadas as disposições deste Estatuto Social e normas internas da **AGENDA PÚBLICA**.

Parágrafo primeiro - Os associados, Diretores e Conselheiros poderão votar pessoalmente, inclusive na eventual utilização de plataforma de reunião virtual, ou:

- a) por meio de procurador com poderes específicos para atuar na reunião específica;
- b) por carta com protocolo ou aviso de recebimento, desde que entregue no máximo até o momento imediatamente anterior ao início da fase de deliberação; ou
- c) por e-mail, desde que sejam verificados os requisitos estabelecidos pela **AGENDA PÚBLICA** para aferir a autenticidade do voto e a mensagem seja recebida no máximo até o momento imediatamente anterior ao início da fase de deliberação da reunião, seja ela presencial, remota ou virtual.

Parágrafo segundo - Todos os órgãos internos da **AGENDA PÚBLICA** poderão reunir-se na sede da **AGENDA PÚBLICA** ou em outro local a ser designado no momento da convocação da reunião do respectivo órgão.

CAPÍTULO IV – Da Assembleia Geral

Art. 19 - A Assembleia Geral é o órgão soberano de deliberação da **AGENDA PÚBLICA** e compõe-se de todos os associados no gozo de seus direitos, tendo a faculdade de resolver, dentro das leis vigentes e dos dispositivos estatutários, todos os assuntos referentes às atividades e fins da **AGENDA PÚBLICA**.

Parágrafo primeiro - As decisões da Assembleia Geral têm natureza normativa, devendo ser observadas por todos os associados, conselheiros e colaboradores da **AGENDA PÚBLICA**, e executadas pela Diretoria Executiva.

I- Eleger o(a) Presidente do Conselho de Gestão Estratégica;

Art. 38 - Os membros da Diretoria Executiva que efetivamente atuarem na gestão executiva da **AGENDA PÚBLICA** poderão ser remunerados, mediante deliberação da Assembleia Geral da **AGENDA PÚBLICA**, na forma deste Estatuto, respeitados

- II- Substituir o(a) Diretor(a) Executivo(a), nas suas ausências e impedimentos;
- III- Manter sob sua guarda o arquivo da **AGENDA PÚBLICA**;
- IV- Supervisionar, monitorar e avaliar os projetos e programas mantidos pela **AGENDA PÚBLICA**;
- V- Supervisionar todo o trabalho e os assuntos que digam respeito à infraestrutura institucional, técnica e administrativa da **AGENDA PÚBLICA**;
- VI- Supervisionar as notícias das atividades da **AGENDA PÚBLICA**;
- VII- Apoiar os processos de governança da **AGENDA PÚBLICA** e manter os membros dos Conselhos e dos comitês atualizados em relação às melhores práticas, bem como propor o seu constante aprimoramento;
- VIII- Apoiar os membros dos Conselhos da **AGENDA PÚBLICA** no desempenho de suas funções e assisti-los em sua integração na **AGENDA PÚBLICA**;
- IX- Auxiliar o(a) Diretor(a) Executivo(a) na definição dos temas relevantes a serem incluídos na agenda das reuniões e na convocação da Assembleia Geral;
- X- Encaminhar a agenda e o material de apoio às reuniões da Diretoria Executiva e interagir com os membros da Diretoria, a fim de assegurar a qualidade e a tempestividade das informações;
- XI- Responsabilizar-se pelo arquivamento e registro das atas de reunião da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral, na forma da legislação aplicável;
- XII- Assinar os documentos atinentes à gestão ordinária e financeira da **AGENDA PÚBLICA** e outorgar procurações, na forma deste Estatuto;
- XIII- Administrar o portal com informações sobre a governança da **AGENDA PÚBLICA** e zelar por sua atualização, pela segurança e pelo fluxo das informações, além de assegurar a equidade e o acesso permanente de seus usuários.
- Art. 43 - A(o) Secretário(a) Administrativo-Financeiro(a) compete:**

I- A execução e o planejamento das atividades de gestão econômico-financeiras da **AGENDA PÚBLICA**;

II- Manter, em estabelecimentos bancários, juntamente com o(a) Diretor(a) Executivo(a), os bens e valores pertencentes à **AGENDA PÚBLICA**;

III- Conservar sob a sua guarda e responsabilidade o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive bancárias;

IV- Assinar os documentos atinentes à gestão ordinária e financeira da **AGENDA PÚBLICA** e outorgar procurações, na forma deste Estatuto;

V- Pagar as contas das despesas autorizada pelo(a) Diretor(a) Executivo(a);

VI- Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;

VII- Apresentar relatório financeiro de receita e despesas, sempre que forem solicitados pela Secretaria de Gestão ou pelo Conselho Fiscal e de Governança;

Protocolo nº 112.559 de 14/08/2025 às 10:34:16h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **77.824** em **27/08/2025** e averbado no registro nº 29.564 de 24/03/2009 neste 7º **Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Ariane Hevas Martorelli - Escrevente Substituta.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 474.51	R\$ 134.62	R\$ 92.16	R\$ 25.13	R\$ 32.50	R\$ 22.59	R\$ 9.94	R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 791.45

DocuSign Envelope ID: BC66BCAD-6D58-4C06-BCDC-472269E52AFC

VI- Por outras receitas, inclusive oriundas de exploração de atividades que tenham, por fim, gerar recursos à Organização, cujo resultado integral será, necessariamente, revertido para a consecução de seu objeto social;

VII- Pela dedução do passivo exigível de curto e longo prazo, assumido pela Organização, devidamente registrado e demonstrado contabilmente de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e, em específico, pela aplicação de método de registro das operações e transações pela competência de exercício social; e

VIII- Pelos recursos e ativos do Fundo Patrimonial previsto no presente estatuto.

Art. 50 - O patrimônio da **AGENDA PÚBLICA**, em nenhuma hipótese, poderá ter aplicação diversa da estabelecida neste Estatuto e não constitui patrimônio de indivíduo, família, associação de classe ou instituição de finalidade lucrativa.

CAPÍTULO XI – Da Prestação de Contas e da Transparência

Art. 51 - A prestação de contas da **AGENDA PÚBLICA** observará, no mínimo:

1- Os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade

II- A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III- A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termos de Parceria, Termos de Colaboração, Termo de Fomento ou demais parcerias similares, conforme previsto em regulamento;

IV- A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem públicos será feita conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Art. 52 - A AGENDA PÚBLICA manterá escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão, observados os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Art. 53 - A **AGENDA PÚBLICA** deverá divulgar, em seu sítio na internet e em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias que eventualmente venham a ser celebradas com o Poder Público, de acordo com os requisitos previstos em lei.

Art. 54 - As demonstrações contábeis, sempre que possível auditadas, bem como o parecer do Conselho Fiscal e de Governança, devem ser disponibilizados tão logo sejam aprovados pelos respectivos órgãos sociais competentes, acompanhados, quando houver, dos votos dissidentes e das justificativas dos conselheiros fiscais sobre as demonstrações financeiras e outros assuntos que venham a compor a pauta do órgão.

Art. 55 - É expressamente vedado o uso de informações privilegiadas da **AGENDA PÚBLICA** por quaisquer de seus membros ou associados em benefício próprio ou de terceiros, ficando o responsável pela conduta ilícita sujeito a implicações nas esferas civil, criminal e administrativa.

Eduardo José Grin

